

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2018

(Do Sr. Paulão)

Requer a realização de audiência pública sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 24, incisos III e XIII, c/c art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias com a finalidade de debater o desaparecimento de pessoas no Brasil, com a presença dos seguintes expositores:

- Excelentíssimo Senhor Gustavo do Vale Rocha - Ministro de Estado dos Direitos Humanos.
- Dr. Lorenzo Caraffi – Chefe da Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha;
- Dr. João Batista Costa Saraiva - Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente (IBDCRIA-ABMP);
- Prof. Renato Sérgio de Lima – Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

JUSTIFICATIVA

O Brasil registrou 8 desaparecimentos por hora nos últimos 10 anos, segundo estudo inédito contido no Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹, são 693.076 boletins de ocorrência registrados por desaparecimento no Brasil no período compreendido entre os

¹ Disponível em: <https://bit.ly/2EJYf2e>. Acesso em 13 de abril de 2018.

anos de 2007 a 2016, segundo esses dados inéditos compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Anuário, a pedido do Comitê internacional da Cruz Vermelha. Em média, 190 pessoas desapareceram por dia nos últimos dez anos, oito por hora. É a primeira vez que dados de desaparecimento estão presentes no Anuário do Fórum. Só no ano passado, 71.796 desaparecimentos foram registrados.

Em números absolutos, São Paulo lidera as estatísticas, com 242.568 registros de desaparecimentos no período abrangido pelo estudo, seguido por Rio Grande do Sul, com 91.469 e Rio de Janeiro, com 58.365.

Considerando a taxa de desaparecimento de pessoas por 100 mil habitantes, o Distrito Federal concentra o maior número de registros: 106 por 100 mil habitantes. A razão da liderança do Distrito Federal deve ser ao fato de embora não registrar o número maior de desaparecidos do que as demais unidades federadas, o DF possui um banco de informações que interliga os órgãos, como hospitais, asilos, institutos médicos legais, serviços de verificação de óbito, entre outros, o que atenua a subnotificação e, é considerado por especialistas um ponto chave para entender e combater o desaparecimento de pessoas no país.

A ausência de banco de dados nacional que interligue as unidades federadas, os órgãos e as instituições que tenham interface com essa grave e perversa violação de direitos humanos, favorecendo a sinergia e o diálogo é a principal omissão do estado brasileiro.

Registre-se que os estados Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná e Roraima não passaram os dados completos de todos os últimos dez anos.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação do requerimento.

Sala da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em 17 de abril de 2018.

Deputado Paulão - PT/AL